

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LEONARDO VITORIANO RUIZ

COPA DO MUNDO DE 2014 E OLIMPÍADAS RIO 2016:

Como um país sem experiência em combate ao terrorismo obteve sucesso na
prevenção de um possível ato terrorista?

Rio de Janeiro

2023

CC LEONARDO VITORIANO RUIZ

COPA DO MUNDO DE 2014 E OLIMPÍADAS RIO 2016:

Como um país sem experiência em combate ao terrorismo obteve sucesso na
prevenção de um possível ato terrorista?

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Claudio M. Jobim

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus, por me proporcionar saúde e clareza de pensamento, permitindo assim a realização deste trabalho.

Quero também reconhecer o amor e o apoio contínuo da minha esposa Carla e da minha filha Laís. Sua compreensão diante da minha necessária ausência e seus encorajamentos constantes foram essenciais para me manter no caminho certo, especialmente nos momentos mais desafiadores.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Claudio M. Jobim, por seus valiosos conselhos e orientações precisas e direcionadas ao longo de todas as fases deste processo de elaboração desta dissertação.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de analisar a ameaça do terrorismo internacional em dois Grandes Eventos recentes no Brasil, torna-se evidente que essa questão permanece relevante atualmente, embora tenha perdido um pouco de destaque na agenda dos países desenvolvidos do ocidente. Grupos extremistas e organizações terroristas ainda representam uma séria ameaça, valendo-se da evolução tecnológica e da globalização para disseminar sua ideologia e espalhar medo e violência em diferentes regiões do mundo. Para combater efetivamente o terrorismo na copa do mundo e nas olimpíadas foram implementadas ações, tendo como base três grandes eixos: Inteligência, Segurança Pública e Defesa. Tais ações induziram a necessidade de construção de sólidas parcerias materializadas por meio de operações interagências, fortalecimento da cooperação internacional, acesso a sistemas de informações compartilhadas e a implementação de estruturas institucionais. Outro fator relevante foi a preparação e experiência adquirida em grandes eventos anteriores, como a Rio-92 e a Copa das confederações, por exemplos, essas lições aprendidas foram aplicadas na organização da Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, solidificando a imagem do Brasil como um anfitrião seguro e competente.

Palavras-Chaves: Grandes Eventos; Terrorismo; Operações Interagências; Cooperação internacional; Três grandes eixos; Experiência adquirida em grandes eventos anteriores.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN –	Agência Brasileira de Inteligência
AMERIPOL –	Comunidade de Polícia das Américas
CCPCT –	Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo
CESI –	Comitê Estratégico de Segurança Integrada
CESP –	Comissão Especial de Segurança Pública da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016
CDA/RJ –	Coordenador de Defesa de Área do Rio de Janeiro
CICC/RJ –	Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro
CIANT –	Centro Integrado de Antiterrorismo
CIET –	Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo
COI –	Comitê Olímpico Internacional
EI –	Estado Islâmico
END –	Estratégia Nacional de Defesa
FPLP –	Frente Popular para a Libertação da Palestina
CGCOPA –	Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014
INTERPOL –	Polícia Criminal Internacional
LAT –	Lei Antiterrorismo
MD –	Ministério da Defesa
MJ –	Ministério da Justiça

OEA –	Organização dos Estados Americanos
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
PESCM14	Plano Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil
PF	Polícia Federal do Brasil
PND	Política Nacional de Defesa
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESGE	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
SICC	Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O HISTÓRICO DO TERRORISMO, CONCEITOS E FUNDAMENTOS.....	12
2.1	Método de pesquisa utilizado.....	12
2.2	A ameaça do terrorismo Internacional.....	12
2.3	Ferramentas de proteção ao Terrorismo.....	14
2.4	A evolução histórica do terrorismo.....	15
2.5	Precedentes terroristas no Brasil antes de 2014.....	17
2.6	Grandes eventos anteriores.....	18
3	A COPA DO MUNDO DE 2014.....	22
3.1	O Respaldo Legal.....	22
3.2	Organização das Instituições.....	23
3.3	Integração das Instituições de Segurança.....	26
3.4	Cooperação internacional.....	27
3.5	Centros de Comando e Controle.....	28
4	OLIMPÍADAS RIO 2016.....	32
4.1	Os três eixos.....	32
4.2	Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo.....	33
5	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A prevenção de atos terroristas em grandes eventos internacionais é um tema de preocupação crescente em todo o mundo. Grandes eventos esportivos e culturais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, atraem grande atenção da mídia internacional e, portanto, representam um grande desafio para as autoridades de segurança pública.

Devido à ampla cobertura midiática e ao histórico de eventos esportivos como alvos de grupos terroristas, os Jogos Olímpicos são ocasionalmente visados por atos terroristas, com o objetivo político e para chamar atenção para suas reivindicações. O ataque realizado pelo Grupo Palestino Setembro Negro em Munique, Alemanha ¹, em 1972, e a explosão de uma bomba no Centennial Olympic Park², em Atlanta, Estados Unidos, em 1996, são exemplos de incidentes ocorridos em grandes eventos. Além disso, ocorreram vários outros atentados terroristas durante eventos esportivos, incluindo o ataque na Maratona de Boston³, nos EUA, em 2013. Esses eventos geraram grande preocupação para a organização dos Jogos, os turistas e os cidadãos brasileiros, em geral [...] Conforme citado por Peter Tarlow, especialista em segurança turística que esteve envolvido na organização dos Jogos Olímpicos de Inverno em Salt Lake City, nos Estados Unidos, em 2002, é afirmado que o Brasil não possui histórico de ser um alvo frequente do terrorismo, porém os Jogos Olímpicos têm (TARLOW apud MELLO, 2018).

O Brasil, como país sem histórico significativo de terrorismo, enfrentou o desafio de garantir a segurança dos atletas, dos visitantes e da população local, bem como, enfrentou o desafio de prevenir a ocorrência de ataques terroristas em dois eventos internacionais de grande porte, ao sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016. Ambos os eventos foram de grande magnitude, com a presença de milhares de pessoas de diferentes países. A realização desses eventos no Brasil atraiu inúmeros Chefes de Estado, turistas e delegações

1 Atentado terrorista ocorrido durante os Jogos Olímpicos de 1972, em Munique, Alemanha, quando, em 5 de setembro, onze integrantes da equipe olímpica de Israel foram tomados de reféns pelo grupo terrorista palestino denominado Setembro Negro.

2 Atentado terrorista feito com a detonação de bomba no Centennial Olympic Park em Atlanta, Geórgia, em 27 de julho, durante os Jogos Olímpicos de Verão de 1996. A explosão matou diretamente uma pessoa e feriu outras 111.

3 O atentado à Maratona de Boston de 2013 foi uma série de ataques e incidentes em 15 de abril de 2013, quando duas bombas explodiram durante a Maratona de Boston, o que causou a morte de três pessoas e feriu outras 264.

esportivas, o que levou as autoridades brasileiras a reconhecerem um maior risco de ataques terroristas, tanto por grupos internacionais quanto por grupos locais.

O objetivo desse trabalho é analisar as ações antiterrorismo empregadas pelo Brasil durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016 para identificar os fatores que contribuíram para o sucesso na prevenção aos ataques terroristas. A realização desses eventos internacionais em um país com limitada experiência em lidar com essas ameaças citadas suscita a questão: como um país sem experiência em combate ao terrorismo obteve sucesso na prevenção de um possível ato terrorista em dois grandes eventos internacionais?

Para responder esse questionamento, serão utilizados métodos históricos e dedutivos, com base em pesquisa bibliográfica. Serão analisadas as medidas de segurança adotadas pelas autoridades brasileiras durante os dois eventos, bem como a efetividade dessas medidas na prevenção de ataques terroristas.

Na segunda seção deste trabalho, será feita uma revisão da literatura sobre o tema, incluindo conceitos e definições, bem como dados relacionados a histórico de terrorismo no mundo e no Brasil. Será apresentado o método de pesquisa utilizado nesta dissertação, além de precedentes terroristas no Brasil antes de 2014 e a experiência adquirida na prevenção ao terrorismo em grandes eventos anteriores.

Na terceira seção deste trabalho serão apresentados os resultados da pesquisa, incluindo uma análise das ações antiterrorismo empregadas pelo Brasil durante a Copa do Mundo de 2014. Será realizada abordagem da falta de um respaldo legal à época, bem como examinar como as instituições foram organizadas e coordenadas para fortalecer a segurança nacional. Além disso, será explorada a cooperação internacional nesse cenário, destacando as iniciativas que reforçaram a capacidade de prevenção e resposta a potenciais ameaças terroristas. Um foco particular será direcionado aos Centros de Comando e Controle, analisando como esses centros estratégicos desempenharam um papel fundamental na coordenação das operações e na tomada de decisões durante o evento.

Na quarta seção deste estudo, uma análise das Olimpíadas Rio 2016 será apresentada, enfocando os fatores que contribuíram para o sucesso na prevenção de ataques terroristas. Serão examinados os três pilares fundamentais - Defesa, Segurança Pública e Inteligência - que sustentaram as operações de segurança, bem como o papel crucial desempenhado pelo Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo na coordenação e tomada de decisões. E por fim na quinta seção serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

Dessa forma, esta dissertação pretende contribuir para a compreensão das ações antiterrorismo empregadas pelo Brasil durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016, bem como responderá a questão de como um país sem experiência em combate ao terrorismo obteve sucesso na prevenção a atos terroristas em dois grandes eventos internacionais recentes.

2.0 O HISTÓRICO DO TERRORISMO, CONCEITOS E FUNDAMENTOS

2.1 Método de pesquisa utilizado

O Método teórico utilizado visa fornecer uma base conceitual para a análise da forma como um país sem experiência em combate ao terrorismo conseguiu obter sucesso na prevenção de atos terroristas em dois grandes eventos internacionais recentes: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica é adotada como principal abordagem metodológica para levantar e analisar os documentos publicados sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica, segundo Boccato (2006):

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Ainda segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica tem seu propósito em atualizar e aprofundar o conhecimento existente, além de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa bibliográfica se baseia em livros, teses, artigos e outros documentos publicados que são relevantes para a investigação do problema proposto no estudo.

2.2 A ameaça do terrorismo Internacional

Embora o terrorismo tenha perdido importância nas agendas internacionais dos países mais desenvolvidos do ocidente, após o distanciamento do ocorrido no 11 de setembro⁴, os terroristas continuam a ser uma ameaça preocupante na atualidade. Grupos extremistas e

4 O atentado terrorista de 11 de setembro foram uma série de ataques suicidas contra os Estados Unidos. Os sequestradores colidiram intencionalmente dois dos aviões contra as Torres Gêmeas.

organizações terroristas têm espalhado o medo e a violência em várias regiões do mundo, perpetuando atos de barbárie e causando um impacto devastador nas sociedades. A evolução tecnológica e a globalização têm permitido aos terroristas expandir suas redes, recrutar membros e disseminar sua ideologia de ódio de maneiras cada vez mais sofisticadas. Além disso, a disseminação de informações através das redes sociais e da internet tem desempenhado um papel importante na radicalização de indivíduos, facilitando a propagação de ideologias extremistas e a coordenação de ataques. Nesse contexto, é crucial que os países se unam, fortaleçam a cooperação internacional e adotem medidas eficazes para prevenir o terrorismo, para o bem-estar de seus cidadãos.

Dentro desse contexto:

[...] os grandes eventos no Brasil podem ter representado um ambiente propício ao terrorismo, pois era um momento de grande visibilidade e que contava com ampla cobertura midiática (propaganda), somado à falta, até determinado momento, de uma legislação específica antiterrorista. Isso indica, para essas organizações, que havia uma falta de vontade política de lidar com essa ameaça. Ademais, principalmente nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, havia a presença de delegações de países que combatem o terrorismo de forma acirrada, inclusive fora do seu território, e que, em algum momento, declararam guerra contra o terror, isoladamente ou em coalizões. (JOBIM, 2019, p. 41 e 42).

Note-se que definir o terrorismo é uma tarefa complexa e desafiadora, segundo Degaut (2014) o termo em si carrega uma carga extremamente negativa, sendo frequentemente utilizado de forma pejorativa, sem considerar seu verdadeiro significado. A falta de uma definição precisa tem levado ao uso abusivo do termo, empregando-o para descrever qualquer tipo de ação violenta, criminosa ou não. No entanto, a fim de preservar o significado central do termo terrorismo e evitar que ele seja diluído em ideias excessivamente vagas, permitindo sua manipulação de acordo com objetivos e conveniências políticas, torna-se necessário formular uma definição conceitual precisa do fenômeno, delimitando cuidadosamente sua área de abrangência.

Assim, reforçando a perspectiva dos autores mencionados anteriormente, fica evidente a desafiadora tarefa de conceituar e definir o terrorismo de forma consensual e a complexidade das ações de Contraterrorismo e o Antiterrorismo em grandes eventos, considerando a complexidade do fenômeno, demanda critérios fundamentados e prudentes.

No entanto, esta pesquisa adotará como definição de terrorismo, sempre que for classificado como internacional, uma definição reconhecida proposta pela Resolução 1566 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada em 2004. De acordo com essa resolução, o terrorismo engloba “atos graves e criminosos cometidos de forma intencional, com o propósito de instilar medo e intimidação na população, coagir governos ou organizações internacionais, e promover causas políticas, religiosas ou ideológicas”. Essa definição enfatiza a natureza criminosa dos atos terroristas, sua intenção de causar medo e intimidação, assim como seus objetivos políticos.

2.3 Ferramentas de prevenção ao Terrorismo

O Contraterrorismo e o Antiterrorismo são dois conceitos fundamentais no campo da segurança e da luta contra o terrorismo. Ambos visam prevenir, combater e neutralizar ações terroristas que representam uma das maiores ameaças à paz e à segurança global. O Contraterrorismo é dividido em dois ramos, o Contraterrorismo Proativo e o Reativo.

O Contraterrorismo Proativo são esforços de natureza ofensiva e repressiva realizados por agências de inteligência e forças de segurança estatais com o objetivo deliberado de impedir a ocorrência de um ataque terrorista, agindo de forma preventiva antes que o ato hostil seja, enquanto o contraterrorismo Reativo são esforços de natureza ofensiva e repressiva realizados por agências de inteligência e forças de segurança estatais com o propósito explícito de responder a um ato de terrorismo já ocorrido (BRASIL, 2017).

Por outro lado, o Antiterrorismo são um conjunto de atividades e medidas defensivas de natureza principalmente preventiva, destinadas a dissuadir indivíduos ou grupos nacionais, estrangeiros ou transnacionais que possuem a intenção de utilizar táticas, técnicas e procedimentos característicos de organizações terroristas, independentemente de suas motivações ou orientações ideológicas. Também pretende identificar ameaças terroristas reais ou potenciais e evitar a ocorrência de atos de terrorismo (BRASIL, 2017).

Portanto, o Antiterrorismo englobou as medidas defensivas de prevenção, visando a minimizar as vulnerabilidades dos indivíduos e propriedades aos atentados terroristas. Por sua

vez, o Contraterrorismo envolveu as medidas ofensivas de caráter repressivo, para impedir, dissuadir, antecipar e responder aos atentados terroristas (PINHEIRO, 2011).

2.4 A evolução histórica do terrorismo

A evolução histórica do terrorismo é um tema complexo e abrangente, que remonta a séculos de conflitos e tensões ao redor do mundo. Ao longo da história, o terrorismo tem assumido diferentes formas e motivos, refletindo as transformações sociais, políticas e ideológicas de cada período. Desde os primórdios da humanidade, encontramos vestígios de atos de terror com o intuito de causar medo, desestabilizar governos, promover mudanças sociais ou alcançar objetivos específicos.

É importante ressaltar que o terrorismo não é restrito a uma única ideologia, religião ou grupo étnico. Ao longo da história, vimos grupos e movimentos de diversas orientações políticas e ideológicas recorrerem ao terrorismo como meio de alcançar seus objetivos. Isso demonstra a natureza multifacetada do terrorismo e a necessidade de abordagens abrangentes e colaborativas para combatê-lo.

Portanto, a evolução histórica do terrorismo reflete as mudanças na sociedade e na política ao longo dos séculos. Desde suas raízes antigas até a manifestação contemporânea, o terrorismo se adapta às circunstâncias e busca explorar as fragilidades e tensões existentes. Compreender essa evolução histórica é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e combate ao terrorismo, com base no conhecimento das lições aprendidas e na análise das tendências atuais.

Da mesma forma, o terrorismo tem uma longa existência, sendo utilizado por grupos que recorrem à violência para alcançar objetivos específicos, geralmente de natureza política. Um exemplo histórico dessa prática ocorreu no século I, com a atuação dos Sicários, que causaram graves perdas às tropas romanas, resultando na destruição de Jerusalém em 70 d.C. e na expulsão dos judeus da Palestina (GONÇALVES; REIS, 2017). Ademais, o termo

"terrorismo" possui uma associação com o período conhecido como Reinado de Terror⁵, (régime de la terreur), estabelecido pelos Jacobinos durante a Revolução Francesa. Durante esse período, ocorriam execuções por decapitação daqueles considerados inimigos do regime (GONÇALVES; REIS, 2017).

No entanto, pode-se traçar algumas linhas gerais na evolução do terrorismo ao longo do tempo. Segundo Visacro (2009) durante o século XIX, por exemplo, surgiram movimentos nacionalistas que utilizaram táticas terroristas para alcançar a independência ou autonomia de seus países. Um exemplo marcante foi o movimento anarquista russo, que promoveu uma série de atentados visando desestabilizar governos e instituições estabelecidas.

Ainda segundo Visacro (2009), no século XX, o terrorismo ganhou maior visibilidade e sofisticação, impulsionado por fatores como a globalização, avanços tecnológicos e ideologias extremistas. Durante as décadas de 1960 e 1970, a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) realizaram sequestros, ataques aéreos e atentados suicidas, visando chamar a atenção para suas causas e promover ações de resistência contra ocupações estrangeiras. A década de 1980 testemunhou o surgimento de grupos terroristas com motivações religiosas, como o Hezbollah e a Al-Qaeda.

Desde então, o terrorismo internacional continua a ser uma ameaça persistente. O surgimento de grupos como o Estado Islâmico (EI) e o Boko Haram demonstra a capacidade de organizações terroristas em explorar conflitos regionais, fragilidades governamentais e a disseminação de ideologias extremistas por meio da internet para recrutar membros e

realizar ataques brutais.

Além disso, pode-se afirmar que, até o momento, nenhum outro meio de radicalização e recrutamento teve um impacto tão significativo no mundo Ocidental como a Internet. A influência da Internet nesse contexto é única e apresenta características distintas, o que provavelmente despertou o interesse de grupos terroristas islâmicos (BALTAR, 2023).

Diante dessa evolução histórica do terrorismo, os esforços para combatê-lo também se transformaram. A cooperação internacional, o compartilhamento de inteligência e a implementação de medidas de segurança tornaram-se essenciais para enfrentar essa ameaça global. Segundo Mendes (2020) a transnacionalidade do terrorismo é um fator significativo

5 Foi um momento da história da França compreendido entre 5 de setembro de 1793 e 27 de julho de 1794

que foi um precursor da ideia de um Terrorismo de Estado, onde houve uma perseguição geral a todos os "inimigos" da Revolução Francesa.

nesse fenômeno, tornando-o uma grande ameaça para a sociedade internacional. As atividades terroristas representam ameaças à paz e à segurança global, o que leva ao aumento da propensão à cooperação entre os Estados ou ao aprimoramento das relações de cooperação já existentes, para combater organizações terroristas.

Portanto, a evolução histórica do terrorismo revela uma ampla gama de motivações, estratégias e atores envolvidos nesse fenômeno. Compreender essa evolução é fundamental para lidar efetivamente com o terrorismo contemporâneo e encontrar abordagens eficazes de prevenção e resposta. Através de um esforço conjunto da comunidade internacional, governos, agências de segurança, Forças Armadas e sociedade civil, é possível mitigar os efeitos devastadores do terrorismo e promover a paz e a segurança global.

2.5 – Precedentes terroristas no Brasil antes de 2014.

Visando contextualizar que o Brasil não era totalmente livre do terrorismo antes de 2014, embora o país não tenha experimentado uma frequência significativa de ataques terroristas, ocorreram incidentes isolados ao longo de sua história. É importante ressaltar que esses incidentes foram relativamente raros e não caracterizaram uma ameaça generalizada de terrorismo no país.

Nesta conjuntura, também houve grupos radicais terroristas, que se destacaram especialmente durante o período do Governo Militar (1964-1985). Foi assim que ocorreu o primeiro ato de terrorismo no Brasil em 1966, com o atentado a bomba no aeroporto de Guararapes, em Recife, resultando em duas mortes e catorze feridos (AUGUSTO, 2002).

Do mesmo modo, um dos exemplos notáveis é o caso do atentado a bomba no Riocentro. Segundo Freitas e Borelli (2013) o ataque foi à tentativa de atentado criminoso ao centro de convenções do Riocentro, localizado no Rio de Janeiro, que ocorreu na noite de 30 de abril de 1981. Nessa ocasião, estava sendo realizado um evento comemorativo ao Dia do Trabalhador, que contava com a participação de aproximadamente vinte mil pessoas, as quais também aproveitavam a oportunidade para protestar contra o regime Militar. O atentado não foi bem-sucedido, pois as bombas que seriam colocadas no local explodiram prematuramente, resultando na morte dos responsáveis pela execução do atentado.

Bem como, durante o regime militar no Brasil, houve casos significativos de sequestros de aviões realizados por grupos armados. Esses sequestros eram conduzidos por organizações guerrilheiras e tinham como objetivo chamar a atenção para questões políticas e sociais, além de criticar o regime vigente e exigir a libertação de presos políticos. Esses sequestros de aviões foram eventos significativos que chamaram a atenção para a situação política e social do país na época. Embora esses casos envolvessem atos de violência e pressão política, é importante notar que a motivação por trás desses sequestros era mais direcionada a questões políticas do que a fins estritamente terroristas.

Como se pode ver, segundo Silva (2020) o conhecido sequestro do Voo 114, realizado pela organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)⁶, o sequestro ocorreu em um avião que partiu de Montevideu com destino ao Rio de Janeiro, Embora tenha acontecido fora do território brasileiro, foi executado por militantes brasileiros no contexto do regime militar brasileiro. Os sequestradores desviaram o avião para Cuba.

2.6 Grandes eventos anteriores

Os grandes eventos no Brasil, a partir da década de 1990, ajudaram a consolidar a reputação do país como um local capaz de sediar grandes eventos internacionais. As experiências adquiridas ao longo do tempo, aliada à infraestrutura adequada e aos esforços de planejamento e organização, permitiu que o Brasil enfrentasse os desafios associados à realização de eventos de magnitude, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas em 2016. Essas experiências anteriores foram um fator importante para a confiança depositada nas capacidades do Brasil em sediar e administrar tais eventos.

Nesse sentido, o Brasil tem um histórico na realização de grandes eventos, o que se evidenciou ainda mais com a magnitude dos eventos internacionais da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional. No entanto, é importante ressaltar que o país já havia conquistado reconhecimento internacional na organização de eventos anteriores. O Brasil demonstrou sua

⁶ Foi uma organização brasileira de extrema-esquerda que participou da luta armada durante os governos militares (1964-1985), visando a derrubada do regime.

capacidade de receber e sediar eventos de grande escala, envolvendo diversos setores e atraindo a atenção global.

Um exemplo foi a Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse evento reuniu líderes globais para discutir questões ambientais e sustentabilidade, e foi considerado um marco para a conscientização sobre a preservação do meio ambiente. Segundo Gaffney (2015), a segurança pública para eventos de grande porte ganhou destaque já em 1992, durante a realização da Conferência Rio-92 da ONU. Naquela época, o Rio de Janeiro enfrentava uma onda de violência quase sem precedentes, com conflitos frequentes entre o tráfico de drogas e a Polícia Militar. Durante o evento, a Força Nacional foi mobilizada para proteger os líderes estaduais e suas delegações que circulavam entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca ao longo dos vinte dias do evento. Essa atuação foi crucial para garantir a segurança dos participantes e evitar incidentes durante a conferência.

Além disso, o país já havia sido palco de eventos relevantes, como o Pan-Americano de 2007, que reuniu atletas das Américas em uma celebração esportiva de grande magnitude. Ainda segundo Gaffney (2015), a experiência bem-sucedida da Rio-92, ao utilizar a Força Nacional para garantir a segurança durante um grande evento, foi novamente aplicada durante os XV Jogos Pan-Americanos realizados na cidade do Rio de Janeiro. Durante esse evento, cerca de dez mil tropas da Força Nacional foram mobilizadas para ocupar as ruas e praças das zonas turísticas, garantindo a fluidez do transporte e realizando ações de segurança ao redor dos locais de competição.

Apesar dos desafios significativos, os XV Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro foram conduzidos com sucesso, e as medidas de segurança adotadas desempenharam um papel importante na garantia da proteção de atletas, espectadores e demais envolvidos. A eficácia dessas estratégias reflete não apenas a determinação em prevenir incidentes indesejados, mas também a capacidade de coordenação e colaboração entre as autoridades e agências de segurança. Ao assegurar a integridade do evento e a tranquilidade pública,

A Copa das Confederações de 2013 foi um importante evento teste para os grandes eventos estudados nesta dissertação e inaugurou um importante centro de segurança. Segundo Vasconcelos (2013), um marco importante durante a Copa das Confederações de 2013 foi a inauguração do Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro (CICC/RJ). Esse centro foi estabelecido para lidar com os grandes eventos, como a Copa do Mundo, mas também foi projetado para atender às necessidades de segurança da sociedade

em suas atividades ordinárias. A criação do CICC/RJ buscou otimizar recursos e evitar sobreposição de esforços, reunindo representantes de diversas instituições, desde o governo federal até esferas estaduais e municipais, para participarem das atividades de segurança.

Ainda em 2013 outro marco importante na história dos eventos realizados no Brasil foi a Jornada Mundial da Juventude, sediada no Rio de Janeiro. A cidade recebeu milhares de jovens de todo o mundo para celebrar a fé católica e participar de encontros e atividades religiosas. O evento foi organizado de maneira eficiente, segundo o Rodrigues (2018) a segurança do evento foi dividida em duas frentes, segurança e defesa, sendo o Ministério da Defesa (MD) responsável pela coordenação da última e o Ministério da Justiça pela primeira. Dentro desse contexto, o MD confirmou a nomeação do Coordenador de Defesa de Área do Rio de Janeiro (CDA/RJ), que já havia sido designado para a Copa das Confederações, para desempenhar as mesmas responsabilidades durante a Jornada Mundial da Juventude, mantendo a mesma estrutura de Estado-Maior Conjunto e organização. No entanto, nos eventos em que se esperava a presença da Presidente da República, o MD assumiu a coordenação da defesa e segurança.

Como conclusão parcial, ao abordarmos a ameaça do terrorismo internacional, torna-se claro que o terrorismo continua sendo uma preocupação relevante na atualidade, apesar de ter perdido um pouco de destaque na agenda dos países mais desenvolvidos do ocidente. Grupos extremistas e organizações terroristas ainda representam uma séria ameaça, espalhando medo e violência em diversas regiões do mundo e utilizando a evolução tecnológica e a globalização para expandir suas redes e disseminar sua ideologia.

No contexto do Brasil, embora o país tenha enfrentado alguns ataques terroristas antes de 2014, o país não possuía uma experiência significativa no combate antiterrorismo. Os exemplos citados demonstram que, ao longo da história do Brasil, houve momentos em que ações de grupos armados buscaram chamar a atenção para suas reivindicações políticas e sociais. Embora esses episódios não tenham representado uma frequência significativa de ataques terroristas, eles evidenciaram a presença de movimentos e organizações engajados em atividades violentas para expressar suas posições e exigências.

Para combater o terrorismo, os países devem fortalecer a cooperação internacional, compartilhar inteligência e implementar medidas preventivas e repressivas. O Contraterrorismo Proativo e o Reativo, acompanhado do Antiterrorismo, são ferramentas importantes nesse esforço conjunto para prevenir e responder aos atos terroristas.

Além disso, pode-se observar que ao longo de aproximadamente 10 anos, o Brasil se preparou para lidar com o terrorismo internacional por meio da criação e adaptação de estruturas institucionais que integraram e coordenaram recursos de diversas áreas governamentais, visando enfrentar essa ameaça. Durante esse período, ocorreram importantes aprendizados e aprimoramentos, especialmente durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, quando a percepção de que o país poderia ser alvo de ataques terroristas atingiu seu ponto mais alto.

Essas experiências prévias proporcionaram valiosos aprendizados e aprimoramentos que foram aplicados na organização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, consolidando o Brasil como um anfitrião competente.

Portanto, embora a complexidade da prevenção ao terrorismo na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, é importante reconhecer que o Brasil já havia alcançado resultados positivos em eventos anteriores. Essas experiências prévias desempenharam um papel fundamental na preparação do país para enfrentar os desafios e demonstrar sua competência como anfitrião.

3 A COPA DO MUNDO DE 2014

O terrorismo tem se tornado uma preocupação cada vez mais significativa nos grandes eventos esportivos, incluindo a Copa do Mundo FIFA. A realização da Copa das Confederações em 2013 aqui no Brasil nos proporcionou uma valiosa experiência, onde pudemos aprender muito sobre os desafios que enfrentamos nesse sentido e implementar medidas efetivas para lidar com a ameaça terrorista. Essa experiência adquirida se tornou uma base importante para aprimorar nossas estratégias de segurança na Copa do Mundo FIFA 2014.

A experiência adquirida na Copa das Confederações proporcionou um aprendizado valioso que permitiu ao Brasil aprimorar a segurança na Copa do Mundo FIFA 2014. Embora o país não tenha enfrentado incidentes terroristas significativos durante esse evento, o foco na prevenção e preparação demonstrou o compromisso do Brasil em garantir a segurança de participantes e espectadores.

3.1 O Respaldo Legal

A realização dos grandes eventos esportivos no Brasil, como a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014, atraiu atenção internacional e ampla cobertura midiática, tornando o país exposto a possíveis ameaças terroristas. Essa exposição, aliada à participação de delegações de nações que combatem o terrorismo, tanto em seus territórios quanto no exterior, criava um ambiente propício para a ocorrência de atos terroristas. No entanto, é importante ressaltar que, na época desses eventos, o Brasil não possuía uma legislação específica que abrangesse o combate ao terrorismo (JOBIM, 2019).

A lei n. 13.260 de 16 de março de 2016, conhecida como Lei Antiterrorismo (LAT), define o terrorismo como a prática de atos ou ameaças específicas por parte de um ou mais indivíduos, motivados por xenofobia, discriminação ou preconceito relacionados a raça, cor, etnia e religião, para causar terror social ou generalizado, representando perigo para pessoas, patrimônio, paz e segurança pública foi implementada para suprir a falta de respaldo legal ao tipificar o terrorismo.

Do mesmo modo, a Política Nacional de Defesa - PND (2020) na sua seção Internacional afirma que a configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que somadas a conflitos de caráter étnico e religioso contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas que tendem a incrementar a guerra irregular e a possibilidade do uso de artefatos nucleares, biológicos, químicos, radiológicos ou explosivos e a Estratégia Nacional de Defesa – END (2020) na seção de ações de Diplomacia repudia o terrorismo.

Ainda segundo Jobim (2019) não obstante o avanço desse arcabouço jurídico, ao analisar os documentos normativos de mais alto nível da Defesa Nacional, observou-se que existe um possível descompasso no grau de prioridade dado à prevenção e ao combate a essa ameaça. Pois, citam o terrorismo com pouco destaque e em contextos que, na prática indicam de forma deletéria “o que fazer” e “o como fazer”, simplificada, os objetivos finais de documentos deste nível, dentro da estrutura de um planejamento estratégico. Essa falta de ênfase e detalhamento dificulta a implementação de ações efetivas e direcionadas contra essa ameaça.

3.2 Organização das Instituições

Um ataque terrorista durante a Copa do Mundo é uma preocupação significativa, uma vez que os grupos extremistas buscam visibilidade em seus ataques. A realização de um grande evento como esse é especialmente atrativa para esses grupos. Portanto, é necessário ter precauções tanto durante o evento em si como durante a fase de preparação, uma vez que as atividades terroristas exigem etapas preliminares que podem ser identificadas e neutralizadas. É crucial estar atento e adotar medidas de segurança eficazes para prevenir e mitigar qualquer ameaça terrorista (BRASILb, 2013).

Nessa perspectiva, em janeiro de 2010, foi criado pela Presidência da República o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA), visando estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (BRASILa, 2010). O Decreto emitido em 14 de janeiro de 2010 determinou que o Comitê

fosse composto por vinte ministérios, além da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, e seria coordenado pelo Ministério do Esporte.

Um novo decreto foi publicado em 7 de abril de 2010, o Decreto s/n, que trouxe uma adição importante ao CGCOPA. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República passou a integrar os órgãos participantes do CGCOPA, ampliando ainda mais a abordagem de segurança no planejamento do evento. O Gabinete é responsável por diversas atribuições, incluindo o gerenciamento de crises, a coordenação de atividades de inteligência federal e segurança da informação, além de fornecer assessoria ao Presidente da República em assuntos militares e de segurança (BRASILb, 2010). Essa medida claramente demonstra a crescente atenção e importância dada à questão da segurança na preparação e execução da Copa do Mundo de 2014.

Em seguida, no mês de junho de 2010, o Ministério da Justiça tomou uma importante iniciativa ao publicar a Portaria n.º 959/2010. Essa portaria estabeleceu a criação da Comissão Especial de Segurança Pública (CESP) da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. A comissão, presidida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, tinha como objetivo coordenar, planejar, implementar e fiscalizar as ações relacionadas à segurança e ordem pública durante esses eventos, bem como realizar estudos estratégicos e diagnósticos preliminares. (BRASILc, 2010).

Além disso, no mês de outubro de 2010, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça, emitiu uma nova Portaria, a Portaria nº 31/2010. Essa portaria trouxe uma redefinição do GTCOPA, estabelecendo suas atribuições, que incluíam o cumprimento das demandas provenientes da CESP, criada em junho do mesmo ano (BRASILd, 2010). O objetivo dessa redefinição era garantir uma melhor coordenação e resposta às questões de segurança relacionadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Por meio do Decreto n.º 7.538, datado de 1º de agosto de 2011, foi estabelecida a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), para planejar e coordenar a segurança dos grandes eventos sediados no Brasil. A SESGE recebeu diversas atribuições, incluindo o planejamento, definição, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de segurança para os Grandes Eventos. Além disso, a secretaria foi responsável por promover a integração e articulação entre os órgãos de segurança pública em âmbito federal, estadual, distrital e municipal. Um dos focos da SESGE foi a estruturação das forças de segurança pública, incentivando a modernização e o

reaparelhamento desses órgãos. A capacitação e treinamento das forças de trabalho envolvidas, como policiais federais, militares, civis, guardas municipais e corpo de bombeiros, também foram contemplados. A SESGE também desempenhou o papel de realizar e incentivar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência, além de estimular a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública em parceria com os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais (BRASIL, 2011).

Ademais, no ano de 2013, foi emitida a Portaria n.º 112/2013, estabelecendo a criação do Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos (SICC). A responsabilidade pela implementação do SICC foi atribuída à SESGE. A SESGE assumiu o papel crucial de viabilizar a coordenação das instituições de segurança pública (BRASILa, 2013).

Outrossim, a SESGE enfrentou o desafio de articular esforços, promover a integração e organizar recursos humanos e materiais, estruturas organizacionais, bem como direcionar os fundos públicos de forma razoável, eficiente e eficaz. O objetivo era garantir um ambiente pacífico e seguro para a realização do evento (BRASILb, 2013).

Além disso, a SESGE encarou a tarefa de harmonizar iniciativas, fomentar a convergência e gerenciar tanto recursos humanos quanto materiais, estruturas organizacionais e alocar recursos financeiros de maneira razoável, eficiente e eficaz. A meta primordial consistia em assegurar um contexto tranquilo e seguro para a condução do evento (BRASILb, 2013).

Portanto, a segurança contra ameaças terroristas emergiu como uma preocupação central durante o planejamento e a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. A assimilação de lições da Copa das Confederações 2013 e as ações empreendidas, incluindo a instauração de comitês estratégicos, a promulgação de portarias específicas e o estabelecimento de órgãos especializados, desempenharam um papel de relevância ao reforçar a segurança do evento, contribuindo para a realização bem-sucedida do torneio esportivo.

Essa abordagem proativa e eficiente na segurança contra o terrorismo contribuiu para o sucesso geral da Copa do Mundo FIFA 2014, transmitindo confiança e tranquilidade aos participantes e ao público. A experiência e os conhecimentos adquiridos nesses eventos servem como base para futuras realizações de grandes eventos esportivos, permitindo que o Brasil continue aprimorando suas estratégias de segurança e a enfrentar efetivamente os desafios relacionados ao terrorismo.

3.3 Integração das Instituições de Segurança

A integração das instituições de segurança desempenhou um papel fundamental na organização da Copa do Mundo FIFA 2014, sediada no Brasil. Com um evento de tal magnitude e visibilidade internacional, a coordenação eficiente entre as diferentes agências de segurança tornou-se crucial para garantir a segurança de jogadores, espectadores e demais envolvidos.

A integração das instituições de segurança envolveu a colaboração entre forças policiais, agências de inteligência, órgãos governamentais e outros atores relevantes. O objetivo era criar um ambiente de cooperação e compartilhamento de informações, permitindo uma resposta rápida e efetiva a possíveis ameaças ou incidentes de segurança durante a Copa do Mundo.

Em 2013, o Plano Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (PESCM14) foi elaborado pela SESGE, do Ministério da Justiça. Esse plano representou um marco importante ao formalizar a coordenação entre as instituições de segurança pública. Através desse plano, foram estabelecidas diretrizes e estratégias para garantir a segurança durante a Copa do Mundo FIFA 2014, reforçando a integração e o trabalho conjunto das forças de segurança (BRASILb, 2013).

A importância desse planejamento para o país pode ser exemplificado no final do prefácio do PESCM14:

[...] As falhas de segurança pública, além de poderem ocasionar vítimas fatais e perdas patrimoniais, causariam enorme prejuízo à imagem do País. Decorre da necessidade de mitigar os riscos desta missão a elevada importância do presente Planejamento Estratégico de Segurança Pública (PESCM14, 2013, p. 8).

O aperfeiçoamento da integração e o desenvolvimento de canais de comunicação e protocolos de relacionamento foram direcionados para concretizar a integração entre as instituições de Segurança Pública. Essa integração, considerada o maior legado, justificou a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, independentemente de outras ferramentas administrativas e operacionais disponibilizadas para os órgãos. O objetivo foi garantir um fluxo de informações compartilhadas e promover a colaboração efetiva entre as instituições, visando à segurança durante o evento e além dele (BRASILb, 2013).

Ademais, as operações integradas nas fronteiras foram realizadas de forma integrada, com o apoio logístico do Exército. A Polícia Federal conduziu investigações e ações de inteligência, enquanto a Força Nacional de Segurança Pública atuou em conjunto, realizando ações ostensivas de controle e ocupação das fronteiras. Em alguns estados fronteiriços, essas ações da Polícia Federal contaram com a participação das polícias estaduais, fortalecendo a segurança e o combate a possíveis ameaças. Essas medidas foram implementadas visando garantir a integridade e a tranquilidade durante a Copa do Mundo, prevenindo atividades criminosas e terroristas nas fronteiras do país (BRASILb, 2013).

Portanto, a integração das instituições de segurança desempenhou um papel crucial na Copa do Mundo FIFA 2014, permitindo uma abordagem abrangente e coordenada para garantir a segurança do evento. Essa colaboração entre agências de segurança contribuiu para o sucesso geral da competição, demonstrando a capacidade do Brasil em organizar um evento de grande escala e mitigar riscos relacionados à segurança.

3.4 Cooperação internacional

A cooperação internacional desempenhou um papel fundamental na organização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. Com um evento de proporções globais, a colaboração entre países e organismos internacionais foi essencial para garantir a segurança, a logística e o sucesso geral do torneio.

Além disso, a cooperação internacional envolveu o compartilhamento de informações e melhores práticas entre agências de segurança e inteligência de diferentes países. Isso permitiu uma compreensão mais abrangente das ameaças potenciais e uma resposta mais eficaz a possíveis incidentes de segurança.

A Polícia Federal do Brasil (PF) tem adotado medidas proativas no combate ao terrorismo e à violência durante a Copa do Mundo, buscando cooperação internacional. Por meio de solicitações de cooperação, a PF busca obter informações e dados sobre suspeitos de envolvimento em terrorismo, bem como sobre grupos conhecidos por seu envolvimento em

atos de violência em estádios, como os "*hooligans*"⁷. Essas solicitações pretendem identificar possíveis envolvidos em ações terroristas e prevenir qualquer ameaça durante o evento. A cooperação internacional é fundamental para fortalecer a segurança e garantir um ambiente pacífico durante a Copa do Mundo (BRASILb, 2013).

Visando aperfeiçoar os mecanismos de cooperação internacional na área de segurança pública, a SESGE manteve interface com a Comunidade de Polícia das Américas (AMERIPOL), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Essas ações, acompanhado do intercâmbio de informações, possibilitaram a implantação, no Brasil, de experiências exitosas de outras partes do mundo. O diálogo e a colaboração com essas organizações internacionais contribuíram para fortalecer a capacidade de resposta do país em questões de segurança, através do compartilhamento de conhecimentos e boas práticas (BRASILb, 2013).

Nesse âmbito de articulações, importa dizer que a PF tinha acesso ao sistema I24/7 da Polícia Criminal Internacional (INTERPOL), que centralizava difusões de informações criminais emitidas por cento e oitenta e oito países. Esses dados eram úteis para a identificação de procurados internacionais, desaparecidos, veículos subtraídos ou de pessoas cuja presença no território brasileiro fosse indesejável. A integração com o sistema da INTERPOL foi uma medida importante para fortalecer a capacidade de cooperação internacional e o combate a crimes transnacionais (BRASILb, 2013).

3.5 Centros de Comando e Controle

Os Centros de Comando e Controle desempenharam um papel crucial na organização da Copa do Mundo FIFA 2014, sediada no Brasil. Essas instalações estratégicas foram projetadas para permitir a supervisão, o monitoramento e a coordenação eficiente de todas as operações de segurança durante o torneio.

Esses centros foram projetados para serem plataformas de comunicação eficiente e compartilhamento de informações estratégicas. Por meio de sistemas integrados, como

⁷ Refere-se a um comportamento destrutivo e desregrado. Tal comportamento é comumente associado a fãs de desportos, principalmente adeptos de futebol.

câmeras de vigilância, redes de comunicação e análise de dados, os Centros de Comando e Controle permitiram que as autoridades monitorassem a situação em tempo real e respondessem prontamente a qualquer incidente ou ameaça à segurança.

Segundo Vasconcelos (2018), SICC do Brasil foi desenvolvido com base no modelo de segurança dos Estados Unidos. Enquanto os Estados Unidos adotaram esse modelo após o ataque de 11 de setembro de 2001, o Brasil o adotou em função dos grandes eventos esportivos sediados no país. Ambos os sistemas surgiram a partir de um processo isomórfico⁸, sendo que os Estados Unidos se basearam no modelo militar de defesa nacional, enquanto o Brasil se inspirou nos modelos de segurança públicas adotadas por países centrais no combate ao terrorismo.

A estruturação do SICC foi a base das ações empreendidas para garantir a segurança dos grandes eventos de forma organizada e padronizada. O objetivo do Sistema era promover a coordenação entre as instituições de segurança em âmbito federal, estadual e municipal, a fim de possibilitar a compreensão global da situação, facilitando e agilizando os processos de tomada de decisão (VASCONCELOS, 2018).

Os Centros de Comando e Controle foram de crucial importância na estrutura de segurança pública. Eles foram concebidos para atender a todas as necessidades operacionais, sejam elas internacionais, nacionais, regionais ou locais, assim como para abranger toda a atividade de Inteligência. Os Centros de Comando e Controle e a capacitação dos recursos humanos dos órgãos envolvidos constituíram a coluna cervical do sistema de segurança para os Grandes Eventos (BRASILb, 2013).

Portanto, os Centros de Comando e Controle desempenharam um papel fundamental na Copa do Mundo FIFA 2014, fornecendo uma infraestrutura tecnológica avançada para o monitoramento e a coordenação de todas as operações de segurança. Essas instalações estratégicas permitiram uma resposta ágil, uma tomada de decisão informada e uma coordenação eficiente entre as agências de segurança envolvidas, contribuindo para o sucesso geral do torneio e para a manutenção da segurança de jogadores, espectadores e demais participantes.

⁸ Refere-se a um fenômeno no qual organizações ou sistemas diferentes se tornam mais semelhantes em sua estrutura ou funcionamento ao longo do tempo, mesmo quando não estão diretamente relacionados ou não possuem uma influência direta um sobre o outro.

Como conclusão parcial, é importante notar que, embora o Estado brasileiro tenha demonstrado preocupação com o tema do terrorismo e tenha se comprometido com a comunidade internacional em fortalecer o combate a essa ameaça, houve uma demora na promulgação da Lei Antiterrorismo no Brasil. Isso resultou na realização da Copa do Mundo FIFA 2014 sem a devida tipificação do terrorismo. Durante esse evento, não havia uma legislação específica que abrangesse e definisse os atos terroristas, o que pode ter representado um desafio na prevenção e repressão efetiva dessas ações, como dificuldade na prevenção e investigação de ameaças terroristas, fragilidade na resposta a eventuais ataques e possíveis consequências legais.

Além disso, durante o período de preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014, diversas ações foram tomadas para fortalecer a segurança do evento. O CGCOPA foi criado em 2010 para estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro. Com a adição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a abordagem de segurança foi ampliada, demonstrando a importância atribuída a essa questão.

Outras medidas importantes foram tomadas, como a criação da CESP, cujo objetivo era coordenar, planejar e fiscalizar as ações relacionadas à segurança e ordem pública durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016. Além disso, a SESGE foi instituída para planejar e coordenar a segurança dos grandes eventos sediados no Brasil. A SESGE desempenhou um papel fundamental na integração e articulação dos órgãos de segurança pública, além de promover a capacitação das forças de trabalho envolvidas.

Em seguida, o estabelecimento do SICC pela SESGE trouxe ainda mais coordenação e eficiência na gestão da segurança. Além disso, o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) do Brasil, desempenhou um papel fundamental na garantia da segurança da Copa de 2014. A estruturação do SICC foi essencial para a realização das operações de segurança de maneira organizada e padronizada, promovendo a coordenação entre as instituições de segurança ao nível federal, estadual e municipal. O objetivo central do Sistema era possibilitar uma visão global da situação, facilitando e agilizando os processos de tomada de decisão.

Ademais, os Centros de Comando e Controle tiveram um papel crucial na estrutura de segurança pública, abrangendo todas as necessidades operacionais em diferentes níveis e a atividade de Inteligência. Esses centros, acompanhado da capacitação dos recursos humanos das agências envolvidas, foram fundamentais como a base do sistema de segurança.

Outrossim, o PESCM14 representou um marco importante na coordenação e integração das instituições de segurança pública no Brasil. Ao estabelecer diretrizes e estratégias para garantir a segurança durante o evento, o plano fortaleceu a colaboração e o trabalho conjunto das forças de segurança. A integração entre as instituições de segurança pública, alcançada por meio do aperfeiçoamento dos canais de comunicação e protocolos de relacionamento, foi direcionada para garantir um fluxo eficiente de informações compartilhadas e promover uma colaboração efetiva.

Assim como, o planejamento estratégico, a integração entre as instituições e as ações coordenadas realizadas durante a Copa do Mundo de 2014 foi um ponto extremamente positivo para a segurança pública daquele evento. Além disso, a PF adotou medidas proativas e buscou cooperação internacional para combater o terrorismo e a violência durante a Copa do Mundo. Por meio de solicitações de cooperação e o acesso ao sistema I24/7 da INTERPOL, a PF buscou identificar suspeitos de envolvimento em terrorismo e grupos violentos, fortalecendo a segurança do evento. A colaboração com organizações internacionais e o compartilhamento de conhecimentos contribuíram para fortalecer a capacidade de resposta do Brasil em questões de segurança e o combate a crimes transnacionais. Essas ações visaram garantir um ambiente pacífico durante a Copa do Mundo.

4 OLIMPÍADAS RIO 2016

A segurança durante os Jogos Olímpicos Rio 2016 foi uma das principais preocupações tanto para o Brasil quanto para o Comitê Olímpico Internacional (COI). Com o mundo enfrentando desafios globais relacionados ao terrorismo e à criminalidade, garantir a segurança de atletas, espectadores e demais participantes do evento tornou-se uma tarefa complexa e de extrema importância. Nessa perspectiva, o Brasil adotou medidas abrangentes e estratégicas para se proteger, além de coordenar ações de inteligência e colaborar com parceiros internacionais, visando proporcionar um ambiente seguro e tranquilo para a celebração dos Jogos Olímpicos de 2016.

O Brasil, conhecido por sua tradição pacífica e tolerante, desempenhou um papel importante como sede de diversos eventos ao longo de períodos prolongados. Essa credibilidade como anfitrião pode ser atribuída, entre outros fatores, à sua postura histórica. Podemos considerar esse período que abrange desde os Jogos Pan-Americanos de 2007 até os Jogos Olímpicos Rio 2016, mesmo que vá além do escopo da SESGE. No entanto, é relevante destacar que as instituições de segurança e defesa do país vinham se preparando e acumulando experiências há muito tempo para enfrentar o desafio do terrorismo. Esse período em particular, entre 2013 e 2016, foi abrangido pela mencionada secretaria extraordinária de segurança, com destaque para o último ano, quando os Jogos Olímpicos foram realizados no Rio de Janeiro (JOBIM, 2019).

4.1 Os três eixos

Os três eixos "Defesa, Segurança Pública e Inteligência" foram elementos fundamentais na organização das Olimpíadas Rio 2016. Com um evento de proporções globais e uma grande concentração de atletas, espectadores e delegações de diferentes países, a implementação de medidas de segurança eficazes era essencial para garantir o sucesso e a tranquilidade dos Jogos Olímpicos.

A integração desses três eixos foi fundamental para o planejamento e a execução das medidas de segurança nos jogos. A coordenação eficiente entre as diferentes agências e órgãos envolvidos em cada um desses eixos permitiu uma resposta rápida e coordenada a possíveis ameaças, além de garantir a tranquilidade e o bem-estar de todos os participantes.

Com base no aprendizado adquirido com os grandes eventos recentemente realizados no país, o governo brasileiro planejou a segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio 2016, adotando a governança fundamentada na consagrada tríade "Defesa, Segurança Pública e Inteligência". Foi constituído o Comitê Estratégico de Segurança Integrada (CESI), que reuniu representantes do MD, Ministério da Justiça (MJ) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). O objetivo desse comitê era realizar um planejamento estratégico integrado de segurança para os jogos. Em janeiro de 2015, a Casa Civil da Presidência da República estabeleceu o Grupo de Trabalho Terrorismo, composto por representantes dos três eixos de atuação (Defesa, Segurança Pública e Inteligência). Esse grupo se reuniu regularmente para aprimorar as melhores práticas já testadas no combate à ameaça terrorista (MELLO, 2018).

A integração e coordenação dos três eixos permitiram um maior compartilhamento de informações e uma ampla cobertura dos locais de competição no enfrentamento ao terrorismo. Isso foi possível graças à divisão de tarefas e à distribuição estratégica das capacidades de segurança pública e defesa. Essa abordagem garantiu uma maior capilaridade dos meios envolvidos, possibilitando uma resposta efetiva e abrangente diante da ameaça terrorista (VISACRO, 2018).

4.2 Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo

O Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo desempenhou um papel crucial nas Olimpíadas Rio 2016, sendo responsável por coordenar as ações de segurança e prevenção relacionadas à ameaça terrorista durante o evento. Com a crescente preocupação global com o terrorismo, a criação desse comitê foi uma medida estratégica para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos e a tranquilidade de atletas, espectadores e demais envolvidos.

Visando criar um ambiente interagências propício à integração das ações dos três eixos no enfrentamento ao terrorismo e fornecer assessoria aos escalões superiores

representados

no CESI, foi estabelecido o Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo (CIET) no âmbito federal. Esse comitê era composto pelo Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT), representando o eixo da Defesa, pelo Centro Integrado de Antiterrorismo (CIANT), representando o eixo da Segurança Pública, e pela ABIN, representando o eixo da Inteligência. Conforme o General de Brigada Mauro Sinott, então Comandante do CCPCT, somente por meio do ambiente interagências é possível combater efetivamente a ameaça terrorista. Nesse ambiente, a coordenação de esforços e a troca de conhecimentos permitem melhor aproveitamento das capacidades e oportunidades, evitando interferências mútuas e gerando sinergia por meio da complementaridade das ações. A formalização do trabalho coordenado interagências se daria por meio do estabelecimento de protocolos de atuação. (MELLO, 2018).

O foco principal do CIANT era combater o terrorismo e garantir a segurança pública. O centro também contou com a colaboração das forças policiais nacionais e internacionais, promovendo a cooperação entre elas. As atividades do CIANT tiveram um caráter preventivo, com destaque para a análise dos perfis dos setecentos mil convidados envolvidos na organização dos Jogos Olímpicos, a fim de identificar possíveis suspeitos de terrorismo e evitar sua participação no evento. Além disso, o CIANT desempenhou um papel fundamental na troca de informações entre os órgãos de inteligência de outros países e a Interpol, monitorando essas informações em tempo real. Especial atenção foi dada aos passageiros provenientes dos Estados Unidos e da Europa (SILVA, 2017).

Além disso, assuntos como a permanência e deslocamento das delegações, atividades de grupos terroristas, atuação de grupos ciberativistas e ameaças à realização dos Jogos foram constantemente monitorados e considerados de interesse pelo CIANT. Essas ações foram cruciais para garantir a segurança dos Jogos e prevenir eventuais incidentes relacionados ao terrorismo. (SILVA, 2017).

Nesse sentido, o CIET desempenhou um papel fundamental nas Olimpíadas Rio 2016, coordenando as ações de segurança e prevenção relacionadas à ameaça terrorista. Através da colaboração entre agências de segurança e órgãos de inteligência, foram implementadas medidas eficazes para identificar, monitorar e neutralizar possíveis ameaças, garantindo a tranquilidade e a segurança dos Jogos Olímpicos.

Como conclusão parcial, o governo brasileiro utilizou o aprendizado adquirido com os grandes eventos anteriores para planejar e garantir a segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Além disso, o estabelecimento do Grupo de Trabalho Terrorismo em janeiro de 2015, composto por representantes dos três eixos de atuação, proporcionou aprimoramento contínuo das melhores práticas no combate à ameaça terrorista. A integração e coordenação dos três eixos resultaram em um maior compartilhamento de informações e na ampla cobertura dos locais de competição no enfrentamento ao terrorismo. Através da divisão de tarefas e da distribuição estratégica das capacidades de segurança pública e defesa, foi possível garantir uma resposta efetiva e abrangente diante dessa ameaça.

Bem como, a criação do CIET, composto pelo CCPCT, CIANT e ABIN, estabeleceu um ambiente interagências propício para a integração das ações dos três eixos: Defesa, Segurança Pública e Inteligência. Além disso, é importante ressaltar a contribuição da criação CIET, uma entidade que reúne o CCPCT, o CIANT e a ABIN. Essa iniciativa estabeleceu um ambiente de cooperação interagências que promoveu a sinergia e coordenação eficaz das ações nos três eixos essenciais: Defesa, Segurança Pública e Inteligência. A integração desses elementos- chave dentro do CIET fortaleceu significativamente a capacidade de resposta e prevenção em face de ameaças terroristas.

E ainda, a atuação do CIANT, com foco no combate ao terrorismo e na segurança pública, contou com a colaboração das forças policiais nacionais e internacionais, promovendo a cooperação entre elas. Suas atividades, com caráter preventivo, incluíram a análise dos perfis dos convidados envolvidos na organização dos Jogos, a fim de identificar potenciais suspeitos e evitar sua participação no evento. Outrossim, o CIANT desempenhou um papel relevante na troca de informações com órgãos de inteligência de outros países e a Interpol, monitorando essas informações em tempo real.

Ademais, o monitoramento constante de assuntos como a permanência e deslocamento das delegações, atividades de grupos terroristas, atuação de grupos ciberativistas e ameaças à realização dos Jogos contribuiu para a segurança do evento. Essas ações, aliadas à coordenação de esforços, troca de conhecimentos e complementaridade das ações entre os eixos de atuação, foram essenciais para garantir a efetividade no combate à ameaça terrorista e prevenir incidentes durante os Jogos Olímpicos.

5 CONCLUSÃO

Ao longo de aproximadamente uma década de preparação para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, o Brasil empreendeu uma série de medidas abrangentes para enfrentar os desafios relacionados ao terrorismo e assegurar a segurança desses eventos de grande envergadura. Consciente da magnitude dessas competições internacionais e das ameaças potenciais que poderiam enfrentar, o país assumiu uma abordagem proativa para garantir a proteção de atletas, espectadores e demais envolvidos.

Durante esse período, o governo brasileiro estabeleceu e aprimorou estruturas institucionais específicas, com o intuito de integrar e coordenar os recursos de diversas áreas governamentais. Essa coordenação permitiu uma ação mais efetiva e rápida na prevenção de ameaças terroristas e na manutenção da ordem pública durante os eventos.

A experiência adquirida antes de 2014, como a Rio-92, a Copa das Confederações FIFA em 2013 e outros episódios relacionados, desempenhou um papel crucial no fortalecimento das capacidades do Brasil na organização e segurança de eventos de grande escala, principalmente as ações antiterroristas. Essas experiências forneceram ao país uma base sólida de conhecimento e aprendizado para lidar com desafios diversos, incluindo questões de segurança, logística, coordenação e cooperação internacional. Os eventos anteriores permitiram identificar pontos fracos e áreas de melhoria, bem como implementar medidas efetivas para lidar com ameaças potenciais, principalmente no contexto do terrorismo.

Através da análise de casos anteriores, o Brasil pôde aprimorar suas estratégias de segurança e adotar abordagens mais efetivas, como a integração das instituições de segurança, a cooperação internacional, a implementação de centros de comando e controle e a criação de comitês especializados no enfrentamento ao terrorismo. Essas medidas foram fundamentais para garantir a segurança dos eventos e o bem-estar de todos os participantes.

Ademais, as experiências anteriores também reforçaram a importância da cooperação e colaboração entre diferentes agências de segurança, órgãos governamentais e parceiros internacionais. Essa abordagem integrada e coordenada foi crucial para o sucesso na prevenção de ataques terroristas e na garantia da segurança dos eventos esportivos.

Além disso, é fundamental ressaltar que as experiências passadas também enfatizaram a vital importância da cooperação e colaboração entre diversas agências de

segurança,

entidades governamentais e parceiros internacionais. A abordagem unificada e coordenada desempenhou um papel importante no êxito alcançado na prevenção de possíveis ataques terroristas, reafirmando sua eficácia na salvaguarda da segurança durante eventos esportivos de grande envergadura.

Além disso, através da criação do CGCOPA em 2010 e do estabelecimento do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a abordagem de segurança foi ampliada e a coordenação entre as instituições foi fortalecida. Essas ações refletiram a importância atribuída à segurança como parte fundamental do planejamento e execução bem-sucedidos dos eventos esportivos, principalmente nas ações antiterrorismo.

A colaboração internacional desempenhou um papel fundamental na preparação e resposta do Brasil aos desafios relacionados ao terrorismo. Mediante parcerias com organizações como a AMERIPOL, a OEA, a ONU e a INTERPOL, o país fortaleceu sua capacidade de cooperação internacional, compartilhamento de informações e adoção de boas práticas. Ainda, a criação do CIET proporcionou um ambiente interagências propício para a integração das ações dos eixos de Defesa, Segurança Pública e Inteligência. Essa coordenação permitiu o compartilhamento eficiente de informações e a ampla cobertura dos locais de competição para enfrentar a ameaça terrorista de forma abrangente.

A Polícia Federal desempenhou um papel fundamental na segurança dos eventos, adotando medidas proativas e buscando cooperação internacional. Por meio de solicitações de cooperação e do acesso ao sistema I24/7 da INTERPOL, a PF obteve informações sobre suspeitos de envolvimento em terrorismo e grupos violentos, fortalecendo a segurança do evento.

No que diz respeito ao respaldo legal, é importante reconhecer a necessidade de uma legislação específica para tratar de atos terroristas. A falta de uma legislação antiterrorismo no Brasil foi um ponto de atenção durante o período da Copa do Mundo FIFA 2014, os riscos de um ato terrorista sem uma Lei específica ressaltou a importância de aprimorar o arcabouço legal para fortalecer a capacidade de resposta do país.

No âmbito da segurança pública, a criação da SESGE e da CESP foi fundamental para o planejamento, coordenação e fiscalização das ações relacionadas à segurança e à ordem pública durante os eventos esportivos. Além disso, o estabelecimento do SICC promoveu uma gestão eficiente e coordenada da segurança.

A estruturação do SICC, acompanhado da capacitação dos recursos humanos das agências envolvidas, permitiu uma visão global da situação e uma resposta efetiva às demandas de segurança. Os Centros de Comando e Controle desempenharam um papel crucial na integração das operações de segurança em diferentes níveis, contribuindo para o sucesso das ações e o alcance dos objetivos de segurança.

Do mesmo modo, os três eixos fundamentais de "Defesa, Segurança Pública e Inteligência" desempenharam papéis sinérgicos e essenciais para garantir a segurança e a ordem durante todo o evento. A atuação conjunta das Forças Armadas, forças policiais e agências de inteligência criou uma abordagem altamente abrangente e eficaz na prevenção e enfrentamento de possíveis ameaças, resultando em um ambiente seguro e protegido para atletas, espectadores e demais envolvidos nos Jogos Olímpicos.

A cooperação e coordenação entre esses três componentes foram primordiais para o sucesso da segurança do evento. As Forças Armadas trouxeram sua expertise em defesa e operações estratégicas, fortalecendo a capacidade de resposta em situações de crise e garantindo uma presença dissuasória, transmitindo confiança tanto para o público quanto para os participantes.

As forças policiais desempenharam um papel essencial na aplicação das medidas de segurança ao nível local. Policiais, agentes de segurança trabalharam em conjunto para monitorar as áreas de competição, instalações e pontos estratégicos, garantindo a proteção de todos os locais relacionados aos Jogos.

As agências de inteligência foram responsáveis pela coleta, análise e compartilhamento de informações cruciais sobre possíveis ameaças. Por meio de uma ampla rede de inteligência, tanto nacional quanto internacional, as agências puderam identificar e rastrear possíveis indivíduos ou grupos suspeitos de planejar atos terroristas, ou outras atividades ilegais.

Portanto, as ações adotadas pelo Brasil visando a segurança durante a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 demonstraram a competência do país como anfitrião de eventos de grandes eventos. A integração e coordenação entre as instituições, o fortalecimento da cooperação internacional, o acesso a sistemas de informações compartilhadas e a implementação de estruturas institucionais foram elementos fundamentais para garantir a segurança e o sucesso dos eventos. Além disso, a experiência adquirida nos grandes eventos anteriores contribuiu para o aprimoramento contínuo das

práticas de segurança e para o fortalecimento da capacidade de resposta do Brasil diante de desafios relacionados ao terrorismo.

Assim, conclui-se que o sucesso do Brasil na prevenção de atos terroristas pode ser atribuído à sua abordagem pró-ativa, investimentos em segurança, colaboração internacional, inteligência eficaz, experiências em grandes eventos anteriores e coordenação entre agências. Embora o país não tivesse uma extensa experiência prévia em combate ao terrorismo, uma vez que nunca fomos, como Estado, alvos preferenciais do terrorismo internacional, a determinação em garantir a segurança desses eventos internacionais foi um fator importante para o resultado bem-sucedido. Sendo assim, sinergicamente, esses fatores se combinaram para acelerar a curva de aprendizado do Estado brasileiro e garantir o sucesso na prevenção de atos terroristas durante os dois grandes eventos já citados. Essa conquista pode ter deixado um legado valioso, reforçando as capacidades do Brasil e estabelecendo um padrão para o planejamento e execução de futuros eventos.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A Grande Mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 476p.

BALTAR, Ana Isabel Reis. **O Fenômeno Terrorista na era Digital: Recrutamento para Grupos terroristas na União Europeia**. Dissertação (mestrado), Universidade da Beira Interior, Covilhã, PT, 2023. Trabalho de Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/13061/1/9275_20168.pdf>. Acesso em: 23 jul 2023.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/se-tembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf>. Acesso em: 23 jul 2023.

BRASILa. **Decreto s/n de 14, de janeiro de 2010**. Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, e dá outras providências. Planalto Presidência da República, Brasília, DF, 14 Jan. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12391.htm>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASILb. **Decreto s/n de 7, de abril de 2010**. Altera o art. 2º do Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Planalto Presidência da República, Brasília, DF, 7 Abr. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12590.htm#art1>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASILc. **Portaria nº 959 de 4, de junho de 2010**. instituiu a Comissão Especial de Segurança Pública (CESP) da Copa do Mundo de futebol masculino FIFA - 2014 e dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos – 2016. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 2, p. 23. 7 Jun. 2010.

BRASILd. **Portaria SENASP nº 31 de 29, de setembro de 2010**. Estabelece atribuições do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 Out. 2010. v. 1, p. 20. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-31-2010_220985.html> Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.538 de 1º, de agosto de 2011**. Altera o Decreto no 6.061, de 15 de março de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, remaneja cargos em comissão, e dá outras providências. Planalto Presidência da República, Brasília, DF, 1º Ago. 2011.

Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/Decreto/D7538.htm>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASILa. **Portaria SESGE nº 112, de 8 de Maio de 2013**. Institui o Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 1, p. 41, 13 Mai. 2013.

BRASILb. Ministério da Justiça. **Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014**. Brasília, DF, Fev. 2013. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/ASSCOM/Plano%20Estrategico%20SESGE.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa, **EB70-MC-10.212: Operações Especiais**. 3. ed. Brasília, DF. 2017.

DEGAUT, Marcos. **O desafio global do terrorismo. Política e segurança em tempos de instabilidade**. Brasília, 2014. [s.n.], ASIN: B00NDII24M. Versão e-book Kindle.

FREITAS, Joelison; BORELLI, Viviane. **A dificuldade em exercer o jornalismo diante da imprevisibilidade: uma análise do caso “Bomba no Riocentro”**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 14., 2013. Santa Cruz do Sul: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2013. 12 p. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2013/resumos/R35-0206-1.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2023.

GONÇALVES, Joanisval Brito; REIS, Marcus Vinícius. **Terrorismo: conhecimento e combate**. Niterói: 1. ed. Impetus, 2017. 203p.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO. **Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. 542p.

JOBIM, Claudio Muniz. **A Lógica Fuzzy em Apoio ao Processo de Tomada de Decisão: A Prontidão das Forças Armadas e a Ameaça Terrorista**. Dissertação (Mestrado em Estudos Marítimos), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2019.

MELLO, Luis M. C. **Ataque terrorista internacional no Brasil: Uma ameaça realista?** Dissertação (Doutorado em Ciências Navais), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

_____. O enfrentamento ao terrorismo durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **O Anfíbio**. Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, v. 36, p. 26 – 35.